Práticas socioespaciais e a produção da desigualdade urbana em Maputo: uma análise à luz de Corrêa, Souza e Loboda

DOI: 10.54446/bcg.v15i2.3924

Mário Meireles Pedro Manhique[1]

Resumo

O presente trabalho propõe uma análise crítica da produção e reprodução do espaço urbano em Maputo, Moçambique, articulando a teoria da Geografia Crítica – particularmente as contribuições de Corrêa, Souza e Loboda – com as complexas dinâmicas socioespaciais observadas na cidade. A pesquisa explora como Maputo, desde suas origens coloniais como centro comercial e administrativo, desenvolveu uma profunda segregação espacial manifestada na "dualidade urbana" entre a "cidade de cimento" e a "cidade de caniço", herança que persiste e se aprofunda até os dias atuais. Analisa-se que, apesar da promulgação da Lei de Ordenamento do Território (Lei n.º 19/2007) e de outras políticas estatais que visam à igualdade de acesso e participação pública no planejamento, a implementação dessas normativas é limitada e contraditória. Isso se manifesta na ineficácia dos instrumentos de planejamento para conter o crescimento desordenado das periferias, na instrumentalização da lei por interesses da Elite Econômica Moçambicana, que resulta em gentrificação e deslocamento de populações, e na persistente marginalização das comunidades informais em processos de decisão e no acesso a serviços básicos. Conclui-se que, mesmo após a independência, as políticas públicas têm se mostrado insuficientes para reverter às desigualdades, confirmando que a produção do espaço em Maputo é um campo contínuo de disputa onde as relações de poder se materializam de forma concreta e desigual no território.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do Espaço; Desigualdade Urbana; Práticas socioespaciais; Cidade de Maputo; Ordenamento do Território.

1 Doutorando em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados e mestre em Gestão Ambiental. E-mail: mario.manhique053@academico.ufgd.edu.br. OrciD: https://orcid.org/0000-0002-9880-7456.

Introdução

A compreensão do espaço geográfico transcende a mera superfície física, configurando-se como um produto social e histórico em constante construção. Nesse processo, o estudo das práticas socioespaciais revela-se fundamental, pois são elas que moldam, transformam e atribuem significado ao território. Este trabalho propõe uma análise aprofundada das contribuições de importantes geógrafos brasileiros, como Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza e Cleide Loboda, a fim de desvendar a complexidade dessas práticas e sua intrínseca relação com a produção e reprodução do espaço.

Com uma abordagem qualitativa e uma revisão bibliográfica aprofundada, esta pesquisa busca compreender as interconexões entre as teorias apresentadas e as realidades socioespaciais da cidade de Maputo, Moçambique. Para isso, serão utilizados estudos de caso e dados secundários sobre a urbanização da capital moçambicana, permitindo uma análise dialética e crítica da produção e reprodução do espaço urbano. O objetivo geral é analisar a produção e reprodução do espaço urbano na cidade de Maputo a partir das lentes das práticas socioespaciais e da urbanização contemporânea, dialogando com as perspectivas teóricas dos autores mencionados.

Para tanto, serão compreendidos os conceitos de práticas socioespaciais e sua relevância, identificando como as relações de poder e as intencionalidades dos agentes se materializam na configuração espacial de Maputo. Exploraremos a dualidade urbana histórica da cidade, desde sua gênese colonial até as dinâmicas atuais de informalidade e segregação, articulando-as com a teoria da produção do espaço. Por fim, analisaremos as políticas estatais de ordenamento territorial em Maputo e seus impactos nas desigualdades, verificando como os "usos e não usos" do espaço pelos habitantes contribuem para a construção e transformação do território urbano.

Práticas Socioespaciais

A compreensão do espaço geográfico transcende a sua concepção como mera superfície física, configurando-se como um produto social e histórico em constante construção. O estudo das práticas socioespaciais revela-se fundamental nesse processo, pois são elas que moldam, transformam e atribuem significado ao território. Este artigo propõe uma análise dialogada das contribuições de importantes geógrafos brasileiros, como Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza e Cleide Loboda, para desvendar a complexidade dessas práticas e sua intrínseca relação com a produção e reprodução do espaço. Suas perspectivas, embora com focos distintos, convergem para uma leitura multifacetada e dinâmica do espaço urbano contemporâneo.

A materialização do espaço por meio das práticas socioespaciais

A visão de que o espaço não é estático, mas sim resultado da ação humana, é um pilar da geografia crítica. Roberto Lobato Corrêa (2000) destaca a centralidade das

práticas socioespaciais para apreender a contínua produção e diferenciação espacial. Ele argumenta que o espaço não deve ser concebido como um elemento inerte, mas como o resultado dinâmico das intervenções humanas. As decisões de investimento, as lógicas de apropriação do solo e até mesmo o traçado das infraestruturas urbanas são, em essência, práticas espaciais que se materializam no território. Conforme Corrêa (2000, p. 25) elucida:

> A prática espacial é concebida como a ação de indivíduos ou grupos sociais sobre o espaço, dotada de intencionalidade, que visa a sua organização, reorganização, apropriação, produção ou reprodução, gerando formas espaciais e transformando paisagens. É o ato de fazer o espaço, de construí-lo e de vivenciá-lo, seja no plano físico, seja no simbólico. (Corrêa, 2000, p. 25)

Ampliando essa perspectiva, Marcelo Lopes de Souza (2007) endossa a compreensão do espaço como produto das práticas, mas enfatiza o caráter de poder e conflito inerente a elas. Para Souza, as práticas socioespaciais não se limitam a ações sobre o espaço; são, sobretudo, permeadas por relações de força, interesses e ideologias que determinam as possibilidades de ação e suas consequências no território. A preocupação do autor reside em desvendar como práticas hegemônicas produzem um tipo específico de espaço e como práticas contra-hegemônicas, notadamente as dos movimentos sociais, podem subverter essa lógica dominante. Nesse sentido, o planejamento urbano, frequentemente apresentado como técnico-racional, revela-se uma prática socioespacial carregada de intencionalidades políticas. Souza (2007, p. 115) argumenta que:

> A produção do espaço não é um processo neutro ou puramente técnico, mas uma arena de disputa, onde diferentes grupos sociais buscam materializar seus interesses e visões de mundo. As práticas socioespaciais, nesse sentido, são os vetores através dos quais essas disputas se concretizam, evidenciando as relações de poder subjacentes à (re)configuração territorial.

A confluência do pensamento de Corrêa e Souza reside na unânime aceitação de que a intencionalidade e o poder são indissociáveis das práticas espaciais. A diferenciação socioespacial observada nas cidades – manifestada na segregação residencial e na hierarquização dos lugares – não é um processo natural, mas resultado de práticas que reforçam e reproduzem desigualdades sociais. As ações de agentes econômicos, do Estado e de grupos sociais específicos, ao perseguirem seus interesses, geram padrões espaciais que refletem e consolidam relações de poder. A localização de atividades e grupos no espaço emerge, assim, de um complexo jogo de forças.

A escala, nesse contexto, torna-se uma categoria analítica fundamental para compreender como essas práticas se desdobram e se articulam, desde o nível local ao global, gerando tanto especificidades quanto uniformidades territoriais. Souza (2007) avança ainda mais, argumentando que é na complexidade das relações de poder que

residem as possibilidades de transformação. Ao conceber as práticas socioespaciais como campos de poder, é possível identificar as aberturas para a resistência e para a construção de outras espacialidades. Os movimentos sociais urbanos, por exemplo, ao reivindicarem moradia digna ou ao lutarem por um transporte público eficiente, engajam-se em práticas socioespaciais que não apenas questionam a ordem estabelecida, mas buscam produzir um espaço diferente, mais justo e inclusivo.

Essas práticas contrapõem-se à lógica dominante de mercantilização e exclusão do espaço, promovendo uma produção social do espaço que privilegie o valor de uso em detrimento do valor de troca. Complementando essas perspectivas, Cleide Loboda (2009, p. 3) oferece uma definição concisa e esclarecedora das práticas socioespaciais: [...] se definem por meio dos usos e não usos dos espaços pela população: os diversos sujeitos sociais, o cidadão habitante da cidade, protagonista de histórias locais. Essa formulação enfatiza a agência dos sujeitos sociais – os "cidadãos habitantes" – na construção do espaço, ressaltando que a prática é o ato de viver e experienciar o espaço, atribuindo-lhe significado e transformando-o por meio da ação cotidiana, seja ela individual ou coletiva.

Para o caso da produção do espaço urbano na Cidade de Maputo

A articulação das ideias de Corrêa, Souza e Loboda permite uma análise aprofundada da gênese e evolução de cidades específicas. A história do surgimento da Cidade de Maputo, com seus bairros e distritos municipais, exemplifica perfeitamente a manifestação dessas práticas socioespaciais. Desde a implantação da fortaleza na baixa da cidade, por volta dos anos 1800, Maputo tem sido moldada por uma complexa teia de ações e interações. Os usos e não usos do solo, a construção de edifícios, a ocupação de áreas e a delimitação de bairros refletem as práticas dos colonizadores, dos colonizados e dos diversos grupos sociais que ali se instalaram.

Essas práticas, sobrepondo-se e conflitando ao longo do tempo, foram tecendo a urbe e suas identidades. A cidade, em sua materialidade e simbologia, emerge, portanto, como a expressão concreta e contínua dessas práticas socioespaciais históricas e presentes. O debate entre Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza e Cleide Loboda oferece uma compreensão robusta da produção do espaço. Corrêa fundamenta como as ações humanas modelam o espaço e geram diferenciações; Souza aprofunda a dimensão política, revelando as disputas e os potenciais de resistência; e Loboda sublinha o protagonismo dos sujeitos sociais através dos usos do espaço.

Em conjunto, esses autores demonstram que a produção do espaço não é um processo unilateral ou meramente técnico. Pelo contrário, é uma dinâmica contínua e complexa de materialização das relações sociais, permeada por intencionalidades, poder e resistência. As práticas socioespaciais são os vetores essenciais que moldam o território, criam paisagens e redefinem lugares, sempre refletindo a sociedade que as produz e, simultaneamente, exercendo influência sobre ela. Assim, o espaço não é um mero pano de fundo, mas um elemento ativo e transformador, intrinsecamente ligado à vida social.

Produção / Reprodução do Espaço: Um Diálogo entre Teorias

A discussão sobre a produção e reprodução do espaço constitui um campo de estudo vasto e multifacetado, transcendendo os limites da Geografia para dialogar com outras disciplinas, como a Sociologia, a Demografia e a Física. Compreender o espaço como um produto social e histórico é fundamental para analisar as dinâmicas territoriais contemporâneas.

O Conceito de Espaço: Da Amplitude à Materialização das Relações Sociais

Inicialmente, a amplitude do termo "espaço" é notória, sendo utilizado em diversas escalas de análise, do global ao micro, conforme observa Corrêa (2000). Embora a geografia tradicional o concebesse de forma mais instrumental, foi a partir do materialismo histórico-dialético que novas compreensões emergiram. A própria Geografia Tradicional, exemplificada por Ratzel (citado por Moraes, 1990), já reconhecia o espaço como a "base indispensável para a vida do Homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidos". Isso destaca sua relevância inicial para a organização social.

> como base indispensável para a vida do Homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente produzidos, como tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do Homem (CORRÊA, 2000, p. 18 *apud* MORAES, 1990).

No entanto, é com Lefébvre (1991) que o espaço se torna um conceito central para a crítica social. Para o autor, o espaço não é um mero receptáculo de eventos, mas é, intrinsecamente, produto e (re)produtor das relações sociais de produção. Essa perspectiva exige uma compreensão mais ampla da noção de produção, que engloba a própria formação e reprodução das relações sociais. Gottdiener (1993), ao aprofundar as ideias de Lefébvre, esclarece que:

> Para Lefebvre, as coerências da ordem espacial controlam as contradições inerentes ao capitalismo em benefício dos interesses predominantes na sociedade. Portanto, capitalismo como modo de produção sobreviveu, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência (...) (GOTTDIENER, 1993, p. 127).

O Espaço Geográfico como Expressão das Relações de Poder

Dando continuidade a essa linha de raciocínio, Corrêa (2000) afirma que "o espaço transforma-se através da política, em território". Essa transição indica que as ações políticas e econômicas, mesmo em lugares aparentemente semelhantes, levam à diferenciação do espaço, refletindo as dinâmicas de poder e acumulação. A visão de Milton Santos (1977) reforça essa ideia ao afirmar que "Os modos de produção se tornam concretos numa base territorial historicamente determinada (...) as formas

espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção". Isso sugere que o espaço geográfico é uma materialização das estruturas econômicas e sociais, e suas formas (cidades, paisagens) comunicam a lógica e os valores do modo de produção dominante. A "base territorial determinada" seria, então, o lugar físico onde as relações de poder e posse são expressas e onde a "linguagem" se manifesta nas infraestruturas, divisões e usos do solo.

O Espaço como Construção Histórica e Social na Visão de Ana Fani Carlos

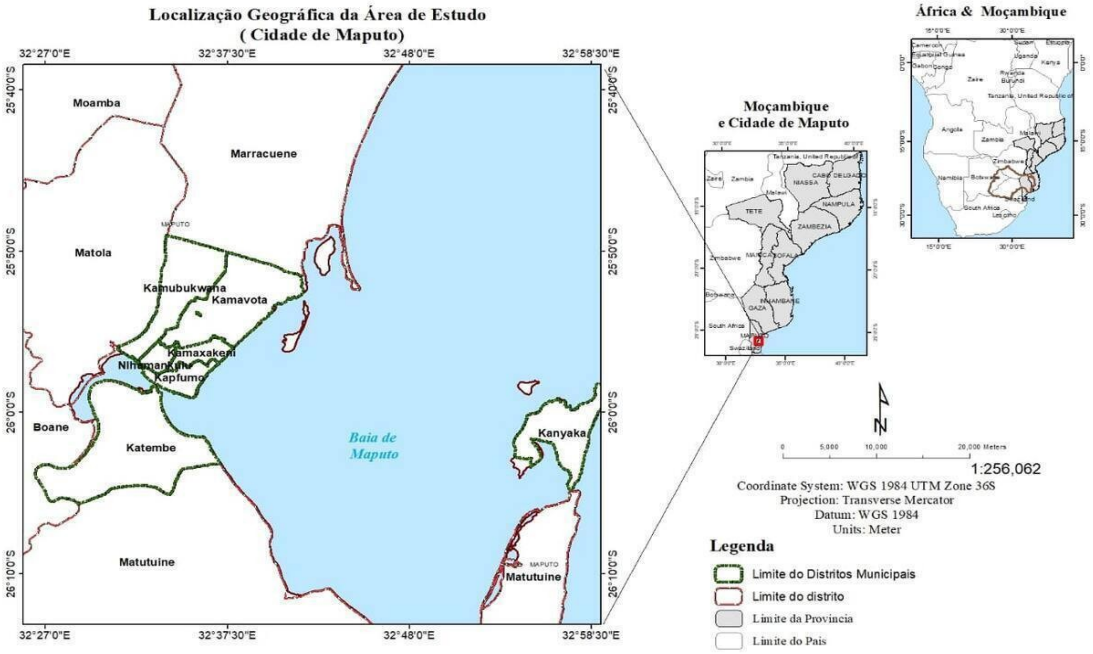
A geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2011) complementa e sintetiza essas perspectivas ao enfatizar que o espaço não existe por si só de forma natural ou inerte. Pelo contrário, "Ele é construído e transformado pela sociedade, expressando as relações de poder, as ideologias e os modos de vida de um determinado período histórico". Para Carlos, "A produção do espaço apareceria como imanente à produção social no contexto da constituição da civilização" (CARLOS, 2011, p. 17). Complementarmente, a autora reforça que "o espaço é produto histórico e está sujeito às mudanças pelas quais passam a sociedade face às exigências do modo de produção capitalista" (CARLOS, 2011).

Em suma, o diálogo entre esses autores revela que a produção e reprodução do espaço é um processo dinâmico, enraizado nas relações sociais e de poder. O espaço não é um pano de fundo passivo, mas um elemento ativo na construção e transformação da sociedade, refletindo e, ao mesmo tempo, influenciando os modos de vida e a própria reprodução social. Essa compreensão é crucial para analisar a formação e evolução de cidades como Maputo, que se configuram não apenas por fatores políticos ou econômicos, mas também pelos hábitos e desejos de seus habitantes.

Localização Geográfica da Cidade de Maputo

A Cidade de Maputo possui limites coincidentes ao Conselho Munícipio da Cidade de Maputo (CMCM) e é a cidade capital de Moçambique, ocupa uma área de aproximadamente 347 Km^2. Passou a constituir-se administrativamente como município com um governo eleito aquando das “primeiras eleições Autárquicas em 1998, no contexto da descentralização do poder aprovada pela assembleia da República de Moçambique” (Brito, 2013).

Mapa 1. Localização da cidade de Maputo.



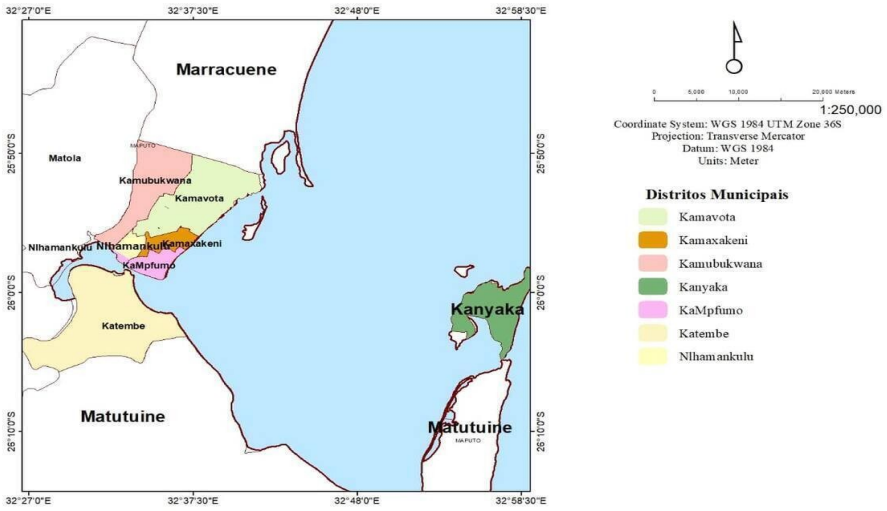
A Cidade de Maputo Localiza-se a margem Ocidental da Baia de Maputo, no extremo sul do País, próximo a fronteira com a África do Sul e da fronteira com o reino de Eswatini (antiga Swazilândia). Seus Limites são:

Norte - Município da Cidade da Matola e Municipio de Marracuene (a partir dos Bairros Michafutene e Guava)	Sul - Município da Cidade da Matola e Distrito de Matutuine
Este - Baía de Maputo (Oceano Índico).	Oeste - Município da Cidade da Matola;

Divisão Administrativa da Cidade de Maputo

A Cidade de Maputo encontra-se subdividida em sete (07) Distritos Municipais atualmente, que são: KaMubukwani, Kamavota, Nlhamamkulo, KaMaxakeni, KaTembe, KaNyaka e KaMpfumo, dispostos do exterior para o centro como pode-se ver no mapa nº 02 que se segue abaixo.

Mapa 2. Localização da cidade de Maputo.



A Cidade de Maputo possui ainda Bairros distribuídos desta forma segundo os dados do último CENSO populacional efetuado pelo INE (2017):

Tabela no: 02 Distribuição dos distritos municipais, Bairros e sua população aproximada segundo dados do INE.

Município da Cidade de Maputo		
Distritos Municipais	**Bairros**	**População**
KaMubukwani	Bagamoio, Jorge Dimitrov, Jardim, Inhagoia A e B, Luís Cabral, Magoanine A, B e C, Malhazine, Nsalene, 25 de Junho A e B, Zimpeto	319,968 hab.
Kamavota	Albazine, Costa do Sol, Ferroviário, Laulane, Mahotas, Hulene A, B, FPLM, Mavalane A e B, 3 de Fevereiro	326,771 hab.
Nlhamamkulo	Malanga, Chamanculo A,B,C e D, Aeroporto A e B, Minkandjuine, Unidade 7, Xipamanine e Munhuana	127,079 hab.
KaMaxakeni	Mafalala, Maxaquene A, B C e D, Polana Caniço A e B, Urbanização,	195,556 hab.
KaTembe	Guachene, Chalí, Ingude, Chamissava e Incassane	28,788 hab.
KaNyaka	Inguane, Nhaaquene, Ridzene.	5,958 hab.
KaMpfumo	Alto-Maé A e B, Bairro Central A, B e C, Polana Cimento A e B, Malhangalene A e B, COOP, Sommerschild	76,157 hab.

Maputo: da gênese colonial à produção socioespacial contemporânea da dualidade urbana

A produção do espaço urbano em Maputo é intrinsecamente ligada à sua história colonial e às subsequentes transformações políticas e econômicas. A Conferência de Berlim (1884-1885), ao partilhar a África entre potências europeias, marcou o início da ocupação que, em Moçambique, materializou-se em cidades com "nítida presença colonial portuguesa" somente a partir do século XX (BAÍA, 2011). Essas novas cidades foram estrategicamente construídas para fins comerciais e administrativos europeus, servindo como "portos de escoamento de produtos de exportação" e centros da administração colonial (BAÍA, 2011).

Essa gênese colonial impôs uma segregação espacial intrínseca. As cidades moçambicanas caracterizaram-se pela coexistência de duas áreas distintas: uma planejada e infraestruturada para a população europeia e asiática, e outra, precária e não planejada, destinada à mão de obra africana (SERRA, 2000 apud BAÍA, 2011). Dessa forma, as zonas suburbanas que hoje definem Maputo não são acidentais; elas são o resultado direto de uma estratégia colonial de separação, que, após a independência, consolidou-se como bairros predominantemente pobres e economicamente segregados. A evolução de Maputo, que teve sua implantação e crescimento iniciados por volta dos anos 1950 (MATOS, 2024), reflete um contínuo processo influenciado por medidas políticas e econômicas portuguesas, como as oportunidades de emprego ligadas à linha férrea, a restrição da contratação de moçambicanos para as minas sul-africanas e o subinvestimento agrário, que impulsionaram o fluxo migratório para a capital (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002).

O distrito central de Maputo, beneficiado por investimentos e processos de gentrificação, é percebido como uma área que exige infraestruturas, mas "não pode ter lugar a população mais pobre" (ARAÚJO, 1999, p. 176). Esse cenário gerou uma dualidade persistente no crescimento da cidade, fazendo emergir a periferia urbana (MELO, 2013), com um caráter dual explicitado por Maloa (2019) e Matos (2024). A ampliação de novos distritos urbanos, como KaMavota e KaMubukwani, exemplifica essa divisão entre a "cidade de caniço" e a "cidade de cimento". Araújo (1999, p. 176) descreve essa dicotomia:

> [...] o centro urbano, composto por bairros organizados numa planta ortogonal nítida, de avenidas e ruas amplas, com edifícios de diversos pisos (...), bairros de vivendas, comércio especializado, diversos e variados serviços e infraestruturas sociais e de abastecimento e saneamento. A rodeiar esta área, instalaram-se diversos bairros de população mais pobre atraída pela possibilidade de trabalho na "cidade de cimento". [Estes] crescem sem qualquer plano de ordenamento, de forma espontânea, sem infra-estruturas adequadas, com uma rede viária que é uma teia de ruas estreitas e tortuosas, caminhos e vielas e onde predominam casas de caniço...

A dinâmica de ocupação e reprodução do espaço se intensificou com a guerra civil após 1977 e as subsequentes transformações políticas e econômicas. Milhares de famílias rurais buscaram refúgio nas cidades, instalando-se junto a familiares ou em espaços não ocupados nas periferias (ARAÚJO, 1999, p. 178), provocando o surgimento de novos quarteirões e o redimensionamento espacial. Nesse contexto de crescente informalidade e densificação, Maloa (2016) destaca que a formação das periferias de Maputo ("Cidade de Caniço"), com seus loteamentos arbitrários e construções precárias, paradoxalmente, "alinhava-se com o princípio legal da desapropriação de terras urbanas da população nativa" (MALOA, 2016, p. 204).

Isso demonstra que a precariedade não foi um acaso, mas compatível com a lógica de remoção ou não reconhecimento do direito à terra dos habitantes originais. A década de 1990, marcada pelo fim da guerra civil (1992), a introdução da economia de mercado (1990) e as primeiras eleições gerais (1994), foi decisiva. O Estado passou a observar novas dinâmicas urbanas inesperadas (MALOA, 2019). A urbanização moçambicana alterou profundamente a paisagem, com o surgimento de "novas configurações urbanas (condomínios e edifícios luxuosos de dois a três pisos) e, do outro lado, de novos bairros, cada vez mais distantes dos centros urbanos, com ausência de serviços públicos, asfaltamento, iluminação, transporte, educação e saúde" (MALOA, 2019, p. 3).

Nesse cenário, o Estado, influenciado por uma nova "burguesia moderna moçambicana" emergente da economia de mercado, buscou intervir por meio de políticas de "ordenamento territorial". Tais políticas, embora apresentadas como modernas, serviram predominantemente aos interesses do capital, unificando os interesses políticos de um bloco no poder e, por vezes, desorganizando classes subalternas (BOB, 2008, analisando POULANTZAS). Essa dinâmica reforça a análise de Baía (2011) de que o crescimento das cidades em países dependentes, como Moçambique, "espelham a articulação das relações econômicas e políticas – relações de dominação colonial, capitalista-comercial, imperialista e financeira".

Assim, Maputo aprofundou suas vocações administrativas e comerciais, e o capitalismo impulsionou o crescimento da cidade para atender à acumulação de capital, não às necessidades urbanas da população. Apesar dos desafios, após a independência, houve tentativas de melhorar a qualidade de vida nas periferias. Matos (2024), citando outros autores, destaca medidas como a inclusão da "cidade de caniço" nos limites administrativos (1979), a revogação de planos fragmentados, o incentivo à autoconstrução (com a atribuição de talhões entre 1975-1985) e a instalação de infraestruturas nos bairros periféricos. Contudo, essas políticas têm se revelado letárgicas e insuficientes diante das crescentes necessidades populacionais. Mesmo 49 anos após a independência, a reprodução do espaço em Maputo ainda reflete uma réplica da paisagem urbana desigual, perpetuando as diferenças herdadas do período colonial.

A Dinâmica da urbanização em Maputo: informalidade, políticas estatais e lógicas capitalistas

Fanon (2005), em sua obra "Os condenados da terra", demonstra como o colonialismo perpetuava valores segregacionistas e racistas, os quais estruturaram as cidades moçambicanas em dois compartimentos distintos. De um lado, encontravam-se os bairros configurados em plantas ortogonais, dotados de edifícios verticais, redes completas de serviços (comércio, saneamento básico, abastecimento de energia elétrica, água potável, telecomunicações etc.).

Essa lógica dualista colonial estabeleceu as bases para a informalidade urbana em Maputo, capital de Moçambique, realidade esta que continua bem-marcada como vários autores falam. Considerada um fenômeno complexo com diversas dimensões – económica, social e espacial –, a informalidade urbana atual reflete diretamente as desigualdades sociais e econômicas herdadas e perpetuadas por essa estrutura. A falta de acesso a serviços básicos e a oportunidades de emprego formal nas áreas informais é, assim, uma continuidade daquele compartimento segregado e não planejado da era colonial, a titulo de exemplo Maloa(2016) diz que o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1962, p. 10) descrevia da seguinte forma os negros:

> [...] os indígenas vivem das necessidades sempre crescentes do núcleo urbano. São serviços domésticos, trabalhadores do porto ou dos caminhos de ferro e assalariados nos serviços do Estado ou municipais.

Atualmente o crescimento populacional nos centros urbanos de Moçambique, e em particular na Cidade de Maputo, tem gerado complexas dinâmicas socioespaciais. As famílias migrantes do meio rural, ao se instalarem nos distritos suburbanos – como Ka Maxakeni, Ka Mavota, KaMubukwani e Nlhamankulo –, mantiveram comportamentos e hábitos rurais, como a prática da agricultura em pequenos terrenos (ARAÚJO, 1999).

Essas áreas, inicialmente ocupadas de forma precária e espontânea, tornaram-se o LÓCUS DE UMA REPRODUÇÃO SOCIAL E ESPACIAL EXACERBADA**,** conforme observado por Baía (2011), albergando mais residências e novas famílias ao longo do tempo. Contudo, essa expansão não ocorreu sem a intervenção estatal, embora com consequências paradoxais. A ampliação do perímetro urbano levada a cabo pelo Estado moçambicano por volta de 1986, por exemplo, gerou uma "mudança de nome de rural para urbano [que] não confere de facto a realidade" (ARAÚJO, 1999). Araújo (1999, p. 177) detalha que:

> [...] a população que um dia era considerada como rural e que vivia e agia como tal, no dia seguinte passou a ser urbana, sem que tivesse ocorrido qualquer transformação na ocupação do espaço, nas formas de produção, no comportamento e na economia familiar...

Essa ausência de transformação efetiva das condições urbanas, aliada à densificação populacional, resultou em severas limitações. Araújo (2003, p. 18) aponta que a "cidade de caniço", na área suburbana, "cresceu muito e tornou-se mais denso

de tal forma a ocupação do solo que a circulação viária deixou de ser possível, assim como dificultou ou impossibilitou a construção de infraestruturas básicas". Mais recentemente, o término da guerra civil em Moçambique e a introdução da economia de mercado na década de 1990 (Maloa, 2019) impulsionaram um novo conjunto de intervenções e dinâmicas urbanas inesperadas.

O mesmo autor explica que a urbanização contemporânea, especialmente a partir dos anos 1990, foi decisiva na história de Moçambique, profundamente influenciada pela introdução da economia de mercado (1990), pelo fim da guerra civil (1992) e pelas primeiras eleições gerais (1994). Dentro desse espaço urbano, surgiram mudanças significativas na urbanização moçambicana, que acabaram alterando profundamente a paisagem, com o aparecimento de:

> [...] novas configurações urbanas (condomínios e edifícios luxuosos de dois a três pisos) e, do outro lado, de novos bairros, cada vez mais distantes dos centros urbanos, com ausência de serviços públicos, asfaltamento, iluminação, transporte, educação e saúde (MALOA, 2019, p. 3).

Nesse contexto, a formação das periferias urbanas de Maputo, conhecidas como "Cidade de Caniço", caracterizadas por loteamentos arbitrários e construções precárias em áreas destinadas à expansão da "cidade de cimento", alinhou-se, paradoxalmente, a um princípio legal que promovia a desapropriação da terra urbana da população nativa (MALOA, 2016). Em outras palavras, a forma como as áreas mais pobres se desenvolveram na periferia de Maputo, de maneira informal e precária, reforçava e era compatível com a lógica de remoção ou não reconhecimento do direito à terra dos habitantes originais.

É neste cenário que o Estado buscou intervir no surgimento dessas novas áreas residenciais, influenciado por uma nova classe emergente de pessoas com poder financeiro derivado da economia de mercado, a que se poderia chamar de "burguesia moderna moçambicana". Agindo junto ao Estado, e por ele influenciado, essa classe moldou políticas de "ordenamento territorial" que, apesar de parecerem próprias de um Estado moderno, serviram predominantemente aos interesses da burguesia.

Essa dinâmica ecoa a análise de Poulantzas (conforme interpretado por Bob, 2008), que observa como o Estado moderno pode oferecer uma estrutura flexível para unificar interesses políticos de longo prazo de um bloco no poder, desorganizar classes subalternas e assegurar o consentimento das massas populares. Ainda sobre esse ritmo de crescimento, Baía (2011) destaca que:

> O ritmo e as formas do crescimento das cidades nos países dependentes, que é o caso de Moçambique, espelham a articulação das relações econômicas e políticas – relações de dominação colonial, capitalista-comercial, imperialista e financeira.

Essa perspectiva é crucial: mesmo após a independência, as cidades moçambicanas, e Maputo em particular, não perderam a vocação administrativa e comercial herdada da colonização. Pelo contrário, aprofundaram-se nessas vocações e incorporaram uma nova, impulsionada pela economia de mercado. O capitalismo fez com que a cidade crescesse não para responder às necessidades urbanas da população, mas sim para atender à necessidade crescente de acumulação de capital. Essa lógica do capital se manifesta na não-resposta às necessidades urbanas da população. Em vez de se investirem na melhoria das infraestruturas públicas existentes nos bairros antigos, observa-se a atribuição de posses de terras ou Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs) a indivíduos com maior poder financeiro.

Estes, por sua vez, constroem condomínios e moradias de alto padrão como fonte de renda e venda para a alta sociedade, exemplificado claramente em bairros como Costa do Sol e Polana Caniço "A", como menciona Araújo (1999). Conforme Baía (2011) reitera, esse processo produz estrategicamente um espaço urbano que "garante não apenas a reprodução das relações sociais, mas, fundamentalmente, a acumulação de riqueza nos moldes da economia mercantil colonial num contexto dominado por uma economia especificamente capitalista".

A complexidade desse processo reside também na falta de planejamento e no deslocamento de moradores originais. As novas edificações que surgem nesses bairros, muitas vezes, não obedecem a qualquer plano de ordenamento, e uma parte dos residentes anteriores é obrigada a deslocar-se para outras áreas da cidade (suburbanas e periurbanas) para ceder espaço aos novos moradores, que, com maior poder econômico, constroem vivendas luxuosas.

Araújo (1999, p. 179) aponta essa situação como "flagrante e aberrante" nos bairros da Polana Caniço A e Costa do Sol. É importante que, nesta análise, sejam considerados também os processos políticos – as políticas públicas – e, consequentemente, os aspectos administrativos ou de gestão pública envolvidos na produção do espaço urbano, conforme sugere Castells (2011, p. 31).

Políticas estatais, quadro legal e os desafios do ordenamento territorial em Maputo

As políticas estatais em Moçambique, particularmente na Cidade de Maputo, operam sob o desafio de mitigar as profundas desigualdades socioespaciais legadas pelo colonialismo e exacerbadas pela dinâmica capitalista pós-independência. Embora os instrumentos legais e planos urbanísticos visem à equidade e sustentabilidade, a prática revela uma prevalência da lógica de acumulação de capital, que frequentemente intensifica as disparidades existentes. O quadro programático e legal moçambicano para a gestão territorial e urbana é abrangente, buscando promover uma urbanização planejada, inclusiva e resiliente. Seus eixos fundamentais incluem:

- Urbanização planejada e sustentável: Focada no crescimento organizado, provisão de infraestruturas e serviços básicos, e na sustentabilidade ambiental.

- Gestão da terra e regularização fundiária: Através de mecanismos como os Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs) e a regularização de assentamentos informais.
- Melhoria da qualidade de vida urbana: Visando ampliar o acesso a moradia digna, saneamento, água, energia e transporte, e reduzir desigualdades espaciais.
- Fortalecimento da governança urbana: Capacitando municípios na gestão e planificação, e promovendo a participação cidadã e transparência.
- Resiliência climática: Direcionada à construção de cidades mais adaptadas aos eventos climáticos.
- Desenvolvimento econômico local: Utilizando a urbanização como catalisador para o crescimento socioeconômico e a criação de empregos.

Este panorama político é sustentado por um robusto arcabouço jurídico, do qual se destacam:

- A lei de ordenamento do território (Lei n. 19/2007 de 18 de julho), que estabelece os princípios e as bases legais para o ordenamento em Moçambique, definindo as tipologias de instrumentos de planeamento.
- O regulamento da lei de ordenamento do território (Decreto n. 23/2008, de 1 de julho), que detalha os procedimentos de elaboração e execução desses instrumentos.
- A Lei de Terras (Lei n. 19/1997, de 1 de outubro), que regula o DUAT, fundamental para a ocupação urbana.
- O regulamento do solo urbano (Decreto n. 60/2006, de 26 de dezembro), que estabelece as regras para o uso e ocupação do solo urbano.
- A Política Nacional de Urbanização e Estratégia de Implementação (PNUEI), que, embora estratégica, serve como referência crucial para as ações de urbanização sustentável.
- O Regulamento Geral das Edificações Urbanas, que define os requisitos técnicos para as construções.

Análise crítica da implementação em Maputo: contradições e desafios

A aplicação dessas políticas e instrumentos legais na Cidade de Maputo, enquanto capital e principal centro urbano, expõe as tensões inerentes à produção do espaço em um contexto de herança colonial e economia de mercado. A análise revela uma série de contradições e desafios na efetivação dos preceitos legais e objetivos políticos:

Divergência entre princípios legais e a realidade socioespacial

A Lei de Ordenamento do Território, ao preconizar a igualdade no acesso (Art. 4, alínea c), à terra, recursos e serviços, confronta-se com a persistente dualidade urbana de Maputo. A segregação explícita entre a "cidade de cimento" e a "cidade de caniço" demonstra que as áreas informais continuam carentes de infraestruturas e serviços básicos. Um exemplo elucidativo é a presença de um hospital privado no Bairro Polana Caniço, financeiramente inacessível à população local. Essa realidade reflete o desafio nacional em saúde, onde o rácio de 17.419 habitantes por unidade sanitária em 2021 (Panguene et al., 2013) está muito aquém do ideal de 10.000, situação que se agrava na capital.

Similarmente, o princípio da participação pública dos cidadãos nos processos de ordenamento territorial, apesar de explicitamente garantido pela Lei n.º 19/2007, é frequentemente desconsiderado na prática. O crescimento espontâneo e os loteamentos arbitrários nas periferias de Maputo indicam que a participação efetiva e o planejamento integrado são marginalizados.

Processos de aquisição e expropriação de terras, mesmo sob a égide legal (Art. 20º da Lei n.º 19/2007), são frequentemente movidos por indivíduos com maior poder aquisitivo, resultando na construção de empreendimentos luxuosos que ignoram a consulta aos conselhos comunitários e as necessidades da população local. Tal dinâmica configura uma participação desigual ou forçada, onde os interesses hegemônicos se impõem sobre os das comunidades vulneráveis.

Limitações e instrumentalização dos instrumentos de planejamento

Apesar da definição de diversos "instrumentos de ordenamento territorial" (Planos Diretores, Planos de Pormenor, etc.), Maputo evidencia um crescimento desordenado das periferias, marcado pela carência de infraestruturas e serviços. Essa ineficácia sugere que a aplicação desses instrumentos falha em conter a informalidade e garantir o desenvolvimento infraestrutural adequado. A prevalência de "novas configurações urbanas (condomínios e edifícios luxuosos)" em detrimento da melhoria das periferias indica que os planos urbanísticos são, muitas vezes, moldados ou instrumentalizados para atender aos interesses da acumulação de capital e de uma “burguesia moderna moçambicana”, em vez de promover um desenvolvimento equitativo.

A questão crítica da expropriação e indemnização

A Lei permite a expropriação por utilidade pública, garantindo "justa indemnização" (Art. 20º). No entanto, a expansão de empreendimentos de alto padrão em Maputo frequentemente acarreta o deslocamento de moradores originais. A crítica aponta para uma situação "flagrante e aberrante" (Araújo, 1999, p. 179) de falta de planejamento e deslocamento compulsório. Isso levanta questionamentos fundamentais sobre a adequação e a justiça da compensação na prática, e se a "ruptura da coesão social" das comunidades é de fato mitigada de forma satisfatória.

Desafios na fiscalização e monitorização

Os mecanismos legais de avaliação, monitorização e fiscalização da aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial mostram-se insuficientes em Maputo. A persistência de construções precárias, loteamentos arbitrários e a dificuldade de circulação em áreas densificadas da "cidade de caniço" sugerem uma baixa efetividade na garantia do cumprimento das normas e na implementação do planejamento. Em síntese, embora as políticas urbanas em Moçambique e em Maputo busquem uma urbanização mais justa e sustentável, amparadas por um robusto quadro legal, a complexidade das dinâmicas socioespaciais, as heranças coloniais, a informalidade estrutural e as relações de poder e capital frequentemente desafiam a plena implementação dessas políticas, resultando na persistência e aprofundamento das desigualdades urbanas.

Considerações finais

Este estudo concluiu que a produção do espaço urbano em Maputo é uma construção social dinâmica, intrinsecamente ligada a relações de poder e interesses econômicos, conforme as perspectivas de Corrêa, Souza e Loboda. A segregação espacial colonial persistiu e se aprofundou na capital moçambicana, resultando na notória "dualidade urbana" entre a "cidade de cimento" e a "cidade de caniço". Embora a Lei de Ordenamento do Território (Lei n.º 19/2007) estabeleça princípios de igualdade no acesso e participação pública no ordenamento, a análise de Maputo revela uma implementação limitada e contraditória. O acesso desigual a serviços básicos, exemplificado pela inacessibilidade de um hospital privado em Polana Caniço para a população local, reflete uma realidade onde a meta ideal de habitantes por unidade sanitária está distante.

Adicionalmente, a participação pública é comprometida por processos de desapropriação e gentrificação, onde os interesses de atores com maior poder econômico frequentemente se sobrepõem às necessidades das comunidades informais. A compra de terras para empreendimentos luxuosos, sem a devida consulta aos conselhos comunitários, ilustra como as práticas socioespaciais continuam a materializar as disputas de poder no território. Portanto, mesmo após 49 anos de independência, as políticas públicas têm se mostrado insuficientes para reverter as desigualdades. A paisagem urbana de Maputo continua a replicar e acentuar as diferenças herdadas do período colonial, confirmando que a produção do espaço é um campo contínuo de disputa e materialização de relações de poder desiguais.

Bibliografia

ARAÚJO, Manuel. *O Urbano em Moçambique: Cidade e Campo*. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

ARAÚJO, Manuel. *Espaço e Poder na Cidade de Maputo*. Maputo: Editora Educar, 2003.

BAÍA, Custódio. *Crescimento urbano em Moçambique: O caso da cidade da Beira*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

BOB, A. *O Estado em Poulantzas*. Revista Crítica Marxista, nº 27, p. 57-73, 2008.

BRITO, Luís. *A Descentralização em Moçambique: Desafios e Perspectivas*. Maputo: Texto Editores, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da Geografia*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 1991.

LOBODA, Cleide. *Práticas socioespaciais e a produção do espaço urbano: o caso de Curitiba*. Revista de Geografia, v. 26, n. 1, p. 3-18, 2009.

MALOA, José. *Espaço urbano e a lógica de apropriação da terra em Maputo: o caso do Bairro de Polana Caniço "A"*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2016.

MALOA, José. *A produção do espaço urbano em Maputo: um olhar sobre as novas configurações urbanas*. Maputo: Imprensa Universitária, 2019.

MATOS, D. *A Cidade de Maputo: Perspectivas Urbanas*. Maputo: Editora da UEM, 2024.

MELO, João. *Urbanização e periferização em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2013.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho. Lei de Ordenamento do Território. BOLETIM DA REPÚBLICA, Maputo, 1. série, n. 29, 18 jul. 2007

OPPENHEIMER, J. M.; RAPOSO, I. *Maputo: Transformação e Desafio*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

PANGUENE, J. N. et al. [Perfil de Recursos Humanos para Saúde de Moçambique . Maputo: Ministério da Saúde, 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1977.

SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: *Contexto*, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônimos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). *A produção do espaço urbano*: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Eda Maria Góes. *Espaços fechados e cidades*. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Sociospatial practices and the production of urban inequality in Maputo: an analysis in light of Corrêa, Souza and Loboda

This paper proposes a critical analysis of the production and reproduction of urban space in Maputo, Mozambique, articulating the theory of Critical Geography – particularly the contributions of Corrêa, Souza and Loboda – with the complex socio-spatial dynamics observed in the city. The research explores how Maputo, since its colonial origins as a commercial and administrative center, has developed a deep spatial segregation manifested in the "urban duality" between the "city of cement" and the "city of reeds", a legacy that persists and deepens to the present day. It is analyzed that, despite the enactment of the Land Use Planning Law (Law No. 19/2007) and other state policies aimed at equal access and public participation in planning, the implementation of these regulations is limited and contradictory. This is evident in the ineffectiveness of planning instruments to contain the disorderly growth of the peripheries, in the instrumentalization of the law by the interests of the Mozambican Economic Elite, which results in gentrification and population displacement, and in the persistent marginalization of informal communities in decision-making processes and in access to basic services. It is concluded that, even after independence, public policies have proven insufficient to reverse inequalities, confirming that the production of space in Maputo is a continuous field of dispute where power relations materialize in a concrete and unequal way in the territory.

KEYWORDS: Production of Space; Urban Inequality; Socio-spatial Practices; City of Maputo; Spatial Planning.

Prácticas socioespaciales y producción de desigualdad urbana en Maputo: un análisis a la luz de Corrêa, Souza y Loboda

Este trabajo propone un análisis crítico de la producción y reproducción del espacio urbano en Maputo, Mozambique, articulando la teoría de la Geografía Crítica – particularmente las contribuciones de Corrêa, Souza y Loboda – con las complejas dinámicas socioespaciales observadas en la ciudad. La investigación explora cómo Maputo, desde sus orígenes coloniales como centro comercial y administrativo, desarrolló una profunda segregación espacial manifestada en la "dualidad urbana" entre la "ciudad de cemento" y la "ciudad de caña", un legado que persiste y se profundiza hasta nuestros días. Se analiza que, a pesar de la promulgación de la Ley de Ordenación del Territorio (Ley nº 19/2007) y otras políticas estatales que apuntan a la igualdad de acceso y participación pública en la planificación, la implementación de estas normas es limitada y contradictoria. Esto se manifiesta en la ineficacia de los instrumentos de planificación para contener el crecimiento desordenado de las periferias, en la instrumentalización de la ley por los intereses de la élite económica mozambiqueña, que resulta en la gentrificación y el desplazamiento de poblaciones, y en la persistente marginación de las comunidades informales en los procesos de toma de decisiones y en el acceso a los servicios básicos. Se concluye que, incluso después de la independencia, las políticas públicas se han mostrado insuficientes para revertir las desigualdades, confirmando que la producción de espacio en Maputo es un campo continuo de disputa donde las relaciones de poder se materializan de forma concreta y desigual a lo largo del territorio.

PALABRAS CLAVE: Producción espacial; Desigualdad urbana; Prácticas socioespaciales; Ciudad de Maputo; Planificación Espacial.

Artigo recebido em agosto de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.